

Previsto para 5 mil, PDV do governo tem 76 adesões

Por Fabio Graner | De Brasília

O Programa de Demissão Voluntária (PDV) lançado pelo governo teve baixíssima adesão. Dados do Ministério do Planejamento, responsável pela criação do programa em julho deste ano, mostram que apenas 76 pessoas fizeram o pedido de desligamento dos quadros do setor público.

A medida provisória que instituiu o PDV venceu ontem e perdeu validade, porque não foi votada, junto com outras iniciativas do governo feitas por meio do mesmo instrumento. O ministério informou que o governo editará nova MP em janeiro para reinstaurar o programa, cuja meta original era reduzir o quadro do Poder Executivo em cerca de 5 mil pessoas.

Além das 76 pessoas que aderiram ao PDV, outras 153 pediram redução da jornada de trabalho. As adesões à licença incentivada, outro mecanismo previsto, foram de apenas 11 pessoas. Todas essas iniciativas visavam gerar economia para os cofres públicos, que convivem com elevado déficit fiscal e que têm no gasto com pessoal a segunda maior despesa.

Apesar do resultado, o Planejamento tentou minimizar o resultado. "O número de adesões está em linha com as expectativas do governo, com destaque para a adesão à redução de jornada", diz nota. "As três propostas dotam a administração de um instrumento moderno, ajustado às condições fiscais atuais".

Tesouro vê resultado do ano na meta e volta atenções a 2018

Por Fábio Pupo e Edna Simão | De Brasília

Mesmo com um rombo recorde de R\$ 103,243 bilhões no período de janeiro a outubro, o Tesouro Nacional espera chegar ao fim do ano com um resultado primário melhor do que no ano passado graças à obtenção de receitas com concessões e a menores despesas extraordinárias até dezembro. Com uma situação fiscal dentro da programação, a equipe econômica agora volta as preocupações ao ano que vem.

A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, espera que o Congresso Nacional aprove medidas encaminhadas neste ano pelo Executivo que elevam em R\$ 14 bilhões as receitas e reduzem despesas em R\$ 7,4 bilhões para impedir uma redução de até R\$ 21 bilhões no espaço para despesas discricionárias, que incluem investimentos públicos e bancam a manutenção da máquina pública.

Para ela, o número mostra a importância da aprovação das propostas do Executivo. "Se não tivesse nenhuma medida, teríamos uma restrição muito forte. Estamos mostrando a importância delas para ter uma execução mínima de investimentos e programas sociais,

e ter um funcionamento regular da administração pública", disse.

Enquanto monitora o avanço das medidas no Congresso para o ano que vem, o Tesouro vê seu déficit neste ano chegar aos R\$ 103,243 bilhões registrados de janeiro a outubro - o que representa um rombo 65% maior que um ano antes e é o pior da série iniciada em 1997.

Considerando somente o mês de outubro, que tradicionalmente é positivo principalmente pelo expressivo recolhimento de impostos sobre lucro de empresas, houve superávit de R\$ 5,191 bilhões - queda de 87,6% frente um ano atrás principalmente por causa da arrecadação não recorrente de R\$ 45 bilhões com a repatriação no ano passado.

Mesmo com o rombo no acumulado em dez meses, Ana Paula prevê chegar ao fim do ano dentro da meta de R\$ 159 bilhões de déficit - o que seria um leve avanço em relação ao rombo de R\$ 161 bilhões registrado em 2016 (considerando o dado ajustado por gastos com o Fundo de Financiamento Estudantil, o Fies). Para novembro, está previsto um déficit no acumulado do ano de R\$ 109 bilhões. Para dezembro, um déficit aproximado de R\$ 159 bilhões.

A secretária afirma que a melhora em relação a um ano antes ocorrerá principalmente por causa de efeitos extraordinários como a entrada de receitas de leilões na área de energia e óleo e gás. Em novembro, entrarão R\$ 12 bilhões do leilão de usinas hidrelétricas da Cemig e em dezembro mais R\$ 13 bilhões de leilões de petróleo (R\$ 10 bilhões) e aeroportos (R\$ 3 bilhões).

Além das receitas não recorrentes, o peso das despesas extraordinárias no fim deste ano será bem menor do que os últimos dois meses de 2016. Para novembro e dezembro, esses custos estão estimados em R\$ 2,3 bilhões, devido principalmente à antecipação de pagamento de precatórios (no mesmo período do ano passado esse número chegou a R\$ 49,8 bilhões).

Os números do mês e do ano continuam sendo puxados pelo elevado rombo da Previdência, que chegou a R\$ 13,803 bilhões no mês e R\$ 115,221 bilhões no ano. Isso vem limitando outros gastos, como investimentos em obras públicas. Segundo o Tesouro, as despesas previdenciárias já representam 55,4% da receita corrente líquida do governo central. Diante dos dados, Ana Paula voltou a defender a reforma da Previdência.

Para órgão, recursos para capitalização não precisam ser devolvidos pelos bancos

Por Fábio Pupo e Edna Simão |
De Brasília

O Tesouro Nacional entende não haver necessidade de bancos públicos devolverem recursos aos cofres da União nos casos em que os montantes foram destinados a capitalização. Apesar disso, o órgão ainda aguarda a conclusão final a ser tomada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o tema. A corte de contas elaborou parecer técnico neste mês defendendo a devolução à União de R\$ 39 bilhões por parte de instituições como Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

Segundo o TCU, no caso da Caixa foram recebidos entre 2009 e 2015 R\$ 27 bilhões em títulos por meio de emissão direta (e não em espécie) em operações que foram classificadas posteriormente, do lado do passivo, como instrumentos híbridos de capital e dívida (IHCD). Nesse tipo de captação, o tomador assume compromisso de pagamento de juros variáveis (a depender da situação patrimonial), e não tem prazo para quitar o valor principal. Por conta dessas características, pode ser considerado como capital, segundo as regras internacionais de

solvência bancária.

Para Ana Paula Vescovi, secretária do Tesouro, os recursos que representam capitalização devem receber interpretação diferente dos empréstimos feitos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). "No caso do BNDES foi um empréstimo, essa diferença nos leva a essa interpretação. Não entendemos dessa forma, que haveria necessidade de devolver instrumentos híbridos de capital e dívida", disse.

Mesmo com o entendimento inicial, ela ressaltou que é preciso esperar a posição final do TCU sobre o tema. Ana Paula adiantou que o Tesouro tem feito cálculos para estimar de forma clara o quanto há de subsídios nessas operações - se eles existirem.

Enquanto isso, o Tesouro mantém os planos de receber a devolução de R\$ 130 bilhões do BNDES, por empréstimos feitos no passado, para ajudar no cumprimento da chamada "regra de ouro" das contas públicas - que evita a emissão de dívida pública para pagar despesas correntes (como salários, por exemplo).

Sem aprovação de ajuste, serviços públicos podem ser afetados

Por Ribamar Oliveira | Brasília

Não percam tempo com a comparação dos dados fiscais de outubro, divulgados ontem, com os do mesmo mês do ano passado. Eles estão contaminados pela receita da chamada "repatriação" de recursos que ingressou nos cofres públicos em 2016 e pelo pagamento antecipado de precatórios judiciais neste ano.

O importante é o alerta feito pela secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, sobre o que vai acontecer com as finanças da União no próximo ano, se as medidas do ajuste fiscal enviadas ao Congresso pelo governo não forem aprovadas. As despesas discricionárias (custeio da máquina pública e os investimentos) previstas na proposta orçamentária de 2018 terão que ser reduzidas em R\$ 21,4 bilhões.

As despesas discricionárias sujeitas ao teto de gastos estão orçadas em R\$ 108 bilhões. Se tiverem que ser reduzidas em R\$ 21,4 bilhões, por causa da não aprovação das medidas de ajuste, cairão para R\$ 86,6 bilhões, o nível

mais baixo pelo menos desde 2008, de acordo com dados do Tesouro.

Para este ano, elas devem ficar em R\$ 122 bilhões, que é o mesmo nível de 2009. Se caírem para R\$ 86,6 bilhões no próximo ano, haverá uma redução nominal de R\$ 35,4 bilhões. Um corte nominal dessa magnitude, se não for revertido, levaria à paralisação de várias obras em construção pelo governo, afetaria ainda mais a conservação das estradas e prejudicaria fortemente vários serviços públicos colocados à disposição da população.

Neste ano, a população já viveu o problema da falta de recursos para a emissão de passaportes e para a Polícia Rodoviária Federal realizar o seu trabalho. A situação só melhorou com a redução do contingenciamento das despesas orçamentárias, o que foi permitido pela elevação da meta de déficit primário para 2017.

O pacote de ajuste fiscal, que aguarda apreciação de deputados e senadores, é composto por três projetos de lei e três medidas provisórias. Se aprovados, eles irão

reduzir a despesa obrigatória da União em R\$ 7,4 bilhões em 2018 e aumentar a receita em R\$ 14 bilhões.

A MP 806 mudou o Imposto de Renda sobre investimentos privados, o que deve gerar uma receita de R\$ 6 bilhões. A MP 805 elevou a alíquota previdenciária dos servidores federais de 11% para 14%, o que resultará em receita adicional de R\$ 2,2 bilhões. O projeto de lei 8.456 reduz a desoneração da folha, elevando a receita da Previdência Social em R\$ 8,3 bilhões. Ao mesmo tempo, o projeto de lei 8.456 diminui a receita da Cofins em R\$ 2,5 bilhões.

A Medida Provisória 805 também adiou o reajuste que os servidores civis do Executivo da União teriam em janeiro de 2018. Com a medida, o governo espera reduzir as despesas com a folha salarial do funcionalismo em R\$ 4,4 bilhões. A reoneração da folha reduzirá em R\$ 3 bilhões a compensação que o Tesouro é obrigado a fazer, por lei, à Previdência Social.

Só existem duas formas de evitar





uma redução tão drástica das despesas discricionárias no próximo ano: uma melhora das receitas previstas para 2018, ou a elevação da meta de déficit primário. A Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional avaliou que a receita da proposta orçamentária enviada pelo governo federal está subestimada em R\$ 5,6 bilhões.

Essa receita "adicional", decorrente principalmente da reestimativa do crescimento da economia no próximo ano, foi usada pela comissão para reduzir o déficit primário e não para aumentar o gasto, que já estava no limite. Ou seja, se essa receita se realizar efetivamente, poderá ser utilizada para aumentar as despesas discricionárias.

Além disso, não consta da proposta orçamentária a receita de R\$ 4,650 bilhões que será obtida com os bônus de assinatura da 4ª rodada de partilha da produção do pré-sal, prevista para junho do próximo ano, e nem a arrecadação com a 15ª rodada de licitações de óleo e gás, marcada para o fim de março. Tudo isso poderá minimizar o corte.

Só 76 servidores federais aderem ao PDV. Governo esperava cinco mil

Economia prevista era de R\$ 1 bilhão. Medida provisória será reeditada em janeiro

Bárbara Nascimento

-Brasília- Encerrado um mês antes do previsto, após a medida provisória (MP) 792 ter perdido validade ontem, o Programa de Demissão Voluntária (PDV) para servidores públicos teve apenas 76 desligamentos. Se consideradas também as outras possibilidades, de redução de jornada e licença não remunerada, foram 240 adesões em um universo de 635,6 mil funcionários ativos do Executivo Federal.

O governo já sabia que, em meio a uma crise, com índices elevados de desemprego, o PDV teria baixo retorno, mas chegou a estimar que pudesse atingir a marca da década de 1990, quando houve cinco mil pedidos de demissão. Nesse cenário, a economia seria de R\$ 1 bilhão. Mesmo assim, o governo vai reeditar a MP em janeiro. A ideia é que o PDV seja reaberto em outros anos. Segundo o Planejamento, "será responsabilidade do ministério estabelecer, anualmente, os períodos de abertura do PDV, assim como os critérios de adesão ao

programa. Em cada exercício serão definidos os órgãos e as cidades de lotação dos servidores, idade, cargos e carreiras abrangidos!

Em princípio, a ideia era enviar um projeto de lei, diante da impossibilidade de encaminhar duas MPs sobre o mesmo assunto em um único ano. O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, no entanto, convenceu o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, de que o assunto deveria ser tratado por medida provisória. Para isso, é necessário esperar até o ano que vem. Maia tem se posicionado com resistência à edição de MPs. Para ele, o Palácio do Planalto tem abusado desse instrumento, que só deveria ser utilizado em caso de urgência.

JORNADA MENOR TEM 153 PEDIDOS

Oliveira minimizou o número baixo de adesões ao PDV. Ele ressaltou que o interesse por uma redução da jornada, responsável por 153 das adesões, é um primeiro passo para um futuro desligamento. E lembra que muitos servidores podem ter preferido esperar o fim da tramitação da MP no Congresso na esperança de que os parlamentares

aumentassem os benefícios:

— O número de adesões está em linha com as expectativas do governo, com destaque para a adesão à redução de jornada, que é o primeiro passo do referido caminho. Sabe-se também que, ao longo da tramitação da medida provisória pelo Congresso, as condições originalmente propostas podem ser melhoradas. Essa expectativa leva o servidor a esperar a conversão da MP em lei antes de pedir um desligamento definitivo — explicou.

A MP 792 criou incentivo de 1,25 salário por ano trabalhado para o servidor que quisesse deixar o serviço público. Além disso, ofereceu pagamento de meia hora diária para quem reduzisse a jornada de 40 horas semanais para 30 horas ou 20 horas. E o pagamento de três remunerações aos servidores que optassem por licença não remunerada por três anos. Além do PDV, perderam validade ontem as MPs que permitiam o parcelamento das dívidas com o Funrural e a devolução de recursos pagos indevidamente pela União a pessoas que já faleceram.

O relatório

ANTONIO DELFIM NETTO

Na semana passada, o Brasil acordou com uma boa surpresa. Foi divulgada a síntese do relatório "Revisão das Despesas Públicas", produzido por uma grande equipe de profissionais competentes sob o controle metodológico do Banco Mundial, cujo equilíbrio, rigor analítico e neutralidade são amplamente reconhecidos.

Para não ferir suscetibilidades, deixa (como sempre) o tempo das reformas à discrição dos governos assessorados. O relatório não mostra novidades: dá ênfase e organiza as mesmas soluções que muitos economistas brasileiros estão indicando pelo menos desde 1995.

O Brasil está tão conflagrado ideologicamente que vale a pena saber como e por que surgiu o tal relatório. Ele mesmo esclarece: "Após um período de estabilidade econômica, altas taxas de crescimento e redução substancial da pobreza, o Brasil enfrenta hoje grandes desafios para lidar com seus gastos públicos [...] que se tornaram

cada vez mais engessados pela rigidez constitucional em categorias como folha de pagamento e Previdência Social, deixando quase nenhum espaço para despesas discricionárias e de investimento".

Afinal, a pedido de quem o Banco Mundial fez tal esforço? Antes que o complexo de vira-latas "viralise", estimulado por consciências generosas alimentadas pela miopia ideológica, que foi para "ajudar Temer", é preciso transcrever o que confessa o relatório: "Atento à mudança do cenário, o governo federal (então de Dilma Rousseff) solicitou ao Banco Mundial a elaboração deste relatório, com o objetivo de realizar uma análise aprofundada dos gastos do governo, identificar alternativas para reduzir o déficit fiscal a um nível sustentável e, ao mesmo tempo, consolidar os ganhos sociais alcançados nas décadas anteriores".

Um ponto a favor da presidente Dilma Rousseff. Sugere que ela tinha consciência da confusão que vinha

criando a partir da crise mundial de 2008. Tomamos as medidas corretas para superá-la, mas insistimos na sua continuidade a partir de 2012, quando a situação já havia mudado. A síntese do relatório confirma o que já se havia detectado.

Ele diz: "o principal achado de nossa análise é que alguns programas governamentais beneficiam os ricos mais do que os pobres, além de não atingir de forma eficaz os seus objetivos. Consequentemente, seria possível economizar parte do orçamento sem prejudicar o acesso e a qualidade dos serviços públicos, beneficiando os estratos mais pobres da população".

Temos feito o oposto: sacrificamos a oferta de segurança, saúde, educação e mobilidade urbana, que é "renda" dos mais pobres, para pagar salários e Previdência do alto funcionalismo, aumentando a injustiça que separa a nossa sociedade.

Entrevista / Martin Raiser, diretor do Banco Mundial

Ajuste fiscal é política de Estado e vai além da eleição

DIRETOR DO BANCO MUNDIAL DEFENDE RELATÓRIO SOBRE O BRASILE DIZ QUE GOVERNO PEGA DINHEIRO DOS POBRES E DÁ PARA OS RICOS

MARIANA CARNEIRO - DE BRASÍLIA

O ajuste fiscal brasileiro é um desafio que vai além das eleições de 2018, afirma Martin Raiser, 49, diretor do Banco Mundial para o Brasil.

No relatório apresentado na semana passada, o Banco Mundial recomendou ações que poderiam produzir uma economia de até 8,3% do PIB em dez anos, sem afetar os mais pobres. Entre elas, a cobrança de mensalidade em universidade pública.

*

Folha - Como tem sido as

reações desde a divulgação das sugestões?

Martin Raiser - Gostaria de destacar que a nossa ideia não era apresentar uma lista de recomendações. Era fazer um diagnóstico da situação fiscal do país. O trabalho começou com o [ex] ministro [Joaquim] Levy e foi bastante detalhado, envolvendo técnicos da Fazenda, do Planejamento, da Saúde, da Casa Civil e do Ipea.

Nossa ideia principal era demonstrar que o Brasil tem que fazer um ajuste. Senão, entrará numa crise de dívida aguda. Segundo, é possível fazer esse ajuste de um jeito que reduza a desigualdade. Identificamos que o Estado brasileiro gasta mal e que suas transferências beneficiam mais os ricos do que os pobres. Dá para fazer um ajuste sem prejudicar os mais vulneráveis e os mais pobres.

Acredita que as sugestões

serão acolhidas pelos candidatos à Presidência em 2018?

O ajuste é um desafio de médio prazo, que vai muito além das próximas eleições. A economia necessária é de 5% do PIB e, por isso, é um ajuste que vai decorrer de ações a serem tomadas nos próximos dez anos. É uma política de Estado, não de eleição, vai muito além do mandato do novo presidente.

Vê espaço político para que essa agenda avance?

Estudos internacionais demonstram que os ajustes são sempre mais bem-sucedidos em momentos de retomada da economia e do ponto de vista do crescimento econômico. Reduzir o gasto ineficiente tem mais impacto do que aumentar a receita. Um ajuste bem-sucedido não necessariamente significa prejuízo eleitoral, ao contrário.





Embora mencionem no relatório, o aumento de impostos à parcela mais rica da população não entrou na lista de recomendações. Por quê?

Estruturalmente, a crise fiscal brasileira não é de receita. A receita foi afetada pela recessão, mas, principalmente, o que se constata é um aumento estrutural do gasto nos últimos 15 anos. Não pode continuar desse jeito. Isso está ligado a regras de vinculação de despesas no Orçamento e, sem enfrentar esse gargalo, será muito difícil estabilizar as contas públicas. Mas isso não significa que não seja necessário fazer uma reforma para reduzir a desigualdade que vem da área tributária.

Não é só o gasto público que beneficia mais a classe média e os de renda mais alta. Ricos e pobres pagam o mesmo imposto quando consomem e isso provoca uma desigualdade elevada na carga tributária.

Se a nossa análise do gasto tivesse mostrado que todos os programas são bem desenhados e que ajudam a reduzir a pobreza, claro que daríamos mais ênfase do lado da receita. Mas nossa análise tem demonstrado que o gasto não

está sendo bem alocado. O Estado está pegando dinheiro do pobre e dando para o mais rico, via subsídios e incentivos a setores industriais.

Chamou atenção a disparidade entre o pagamento a funcionários públicos e os da iniciativa privada. O Brasil está fora do padrão no mundo?

O serviço público no Brasil é de alta competência. Mas, mesmo tomando em conta a qualificação, o background desse funcionário, ele ganha muito mais do que a mesma pessoa ganharia no setor privado. É muito fora do padrão.

Em quais outras áreas o Brasil está fora do padrão mundial?

Na Previdência. É o maior gasto dos emergentes. Gasta o mesmo que o Japão, que tem uma população bem mais envelhecida. Em 20 anos, terá uma população tão envelhecida quanto a do Japão e o gasto será superior a 20% do PIB.

Com a versão enxuta da reforma, apresentada pelo governo, aumenta a pressão sobre demais medidas de ajuste?

Não chegamos a avaliar a nova proposta. Isso faz parte da discussão

política e o Banco Mundial não vai entrar. Mas, se o Brasil não fizer a reforma, vai ter de fazer uma maior em pouco tempo. Mesmo com a reforma, o Brasil terá que fazer uma nova rodada em 7,10 anos.

Em sua avaliação, o ajuste já começou?

Alguns passos foram dados, o teto [de gastos] é claro. A redução da desoneração da folha deveria ter continuado. Há propostas sendo discutidas sobre o salário do servidor.

Se não enfrentarmos essa agenda, é certo que serão os mais pobres os afetados?

Não é a primeira vez que o Brasil enfrenta um ajuste fiscal. Nas últimas vezes, esse ajuste veio pela inflação e são os mais pobres que sofrem mais quando a inflação sobe.

Alguns ligaram as sugestões a uma agenda liberal.

Não estamos contra incentivos à indústria, mas é preciso ter resultado. Em geral, essas políticas no Brasil têm pouca avaliação e, quando têm, não demonstram ter efeito algum. Na política social, o Banco Mundial sempre foi um grande apoiador e admirador do Bolsa Família. O





relatório mostra que o programa faz uma transferência importante para a faixa mais pobre da população. É um exemplo de política que é avaliada, dá certo, e que daria para ampliar.

No caso do ensino superior, países como o Chile estão tentando reverter o caminho do ensino 100% privado para melhorar a desigualdade.

As políticas para aumentar o acesso ao ensino superior estão nas universidades privadas, com o ProUni e o Fies. Nos últimos anos, houve expansão significativa de acesso à universidade pública, mas os mais pobres ainda representam 20% dos estudantes das universidades federais —65% dos alunos estão entre os 10% mais ricos da população. Ao introduzir uma contribuição para a parcela mais rica, seria possível ampliar o acesso ao ensino.

Medidas provisórias com impacto fiscal de R\$ 9,2 bi perdem validade

Uma delas, sobre o Funrural, é reapresentada como projeto de lei

DE BRASÍLIA

O governo viu caducar nesta terça-feira (28) três medidas provisórias (MP) que, juntas, tinham um impacto fiscal de R\$ 9,2 bilhões.

Uma delas, o programa de parcelamento de débitos de produtores com o Funrural, foi reapresentada como projeto de lei.

O projeto, apresentado pelos deputados Nilson Leitão (PSDB-MT) e Zé Silva (SD-MG), é semelhante ao texto aprovado pela comissão especial da Câmara, que é distinto da medida provisória encaminhada pelo governo.

Pelo novo texto, a renúncia fiscal com o programa chega a R\$ 15 bilhões, R\$ 7,4 bilhões acima do que previa o original.

Na noite desta terça, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, foram ao Palácio do Planalto para uma reunião com o presidente Michel Temer para tentar melhorar, do ponto de vista da arrecadação, a proposta da bancada ruralista.

Segundo a **Folha** apurou, as acirradas discussões em torno do programa já são encaradas da mesma forma que o Refis, programa de parcelamento de dívidas que foi desfigurado pelo Congresso e que resultou em uma arrecadação bem abaixo da prevista pela área econômica do governo.

A urgência para apreciar o projeto do Funrural seria votada ainda na noite desta terça, mas, sem acordo, deve ser apreciada nesta quarta (29).

PDV

Outras duas medidas provisórias caducaram nesta terça-feira: a que cria o Programa de Desligamento Voluntário para servidores públicos, jornada reduzida e licença sem remuneração; e a que prevê a restituição de valores depositados indevidamente pela União a pessoas mortas.

No primeiro caso, segundo o Ministério do Planejamento, a MP será reeditada em janeiro de 2018.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que votará nesta quarta-feira a MP que prorroga o regime tributário especial para a exploração de petróleo e gás natural. Essa medida provisória caduca em 15 de dezembro. **(DC E MP)**

Para cumprir teto em 2018, investimento público cairá

Gasto e custeio da máquina terão de ser 11% menores, prevê Tesouro

Cenário negativo acontece apesar da melhora das contas públicas, com superávit de R\$ 5 bi em outubro

MAELI PRADO - DE
BRASÍLIA

Para cumprir a regra do teto de gastos, o Brasil terá que comprimir ainda mais, no ano que vem, seus gastos com investimentos e custeio da máquina pública, que já estão no pior nível desde 2009. Essa redução terá que ser de pelo menos R\$ 14 bilhões em relação a 2017, uma queda de mais de 11% em relação aos R\$ 122 bilhões que estão projetados para este ano.

Essa queda pode ser ainda maior (R\$ 21,4 bilhões) se duas medidas de contenção de gastos não passarem pelo Congresso: adiamento do reajuste dos

servidores e ressarcimento pela desoneração da folha de pagamento. Os números foram divulgados nesta terça-feira (28) pelo Tesouro Nacional. De acordo com o órgão, isso acontecerá porque o teto de gastos, que foi aprovado no ano passado, prevê que as despesas podem crescer limitadas à inflação do ano anterior — o Tesouro estima que a variação será de 3%.

Mas as despesas batizadas de obrigatórias, sobre as quais o governo não tem controle, como aposentadorias (que são 41% de todo o gasto) e pessoal, crescerão mais de 6% no ano que vem.

Para conseguir cumprir o teto, restam as despesas nas quais a União pode mexer, que se compõe de investimentos e despesas com o funcionamento da máquina. De acordo com especialistas em contas públicas, mesmo se a reforma da Previdência for aprovada neste ano, o impacto sobre os gastos obrigatórios seria baixo em 2018,

aumentando somente nos anos seguintes.

A estimativa da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados é que, se as novas regras passarem pelo Congresso, a redução nos gastos no ano que vem será de apenas R\$ 2,5 bilhões. Em outras palavras, os investimentos e gastos com custeio terão que diminuir ainda mais em qualquer cenário. “o nosso talvez seja o Orçamento mais engessado do mundo”, disse a secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi. “Temos um déficit estrutural, que se agrava nos próximos anos”, lembrou, ressaltando a importância de reformas como a das regras das aposentadorias.

Ela destacou ainda a necessidade de devolução de recursos do BNDES aos cofres do Tesouro em 2018 para que o governo não descumpra a chamada “regra de ouro”, que proíbe a União de emitir dívida em um volume superior aos





investimentos. O objetivo é evitar que o Estado se endivida demais para pagar despesas correntes (gasto com pessoal, por exemplo) empurrando a conta para outros governos. A regra pode ser descumprida em R\$ 184 bilhões no ano que vem se os recursos, emprestados ao banco no passado, não forem devolvidos. “O quadro de insuficiência é muito agudo”, afirmou Vescovi.

VOLTANDO AO AZUL

Apesar da perspectiva pessimista para o ano que vem, a recuperação da economia começa a impactar positivamente o resultado primário (receitas menos despesas antes do pagamento de juros). No mês passado, o governo registrou superávit de R\$ 5,2 bilhões, primeiro

resultado positivo em seis meses. Apesar de ter caído mais de 20% em relação ao mesmo mês de 2016, quando entraram R\$ 45 bilhões em recursos da repatriação, a arrecadação de outubro foi de R\$ 103,2 bilhões, R\$ 5 bilhões maiores que as despesas.

O Refis, a alta nos combustíveis e a própria economia aquecida ajudaram. No acumulado em 12 meses, o rombo é de R\$ 188,8 bilhões, R\$ 29,8 bilhões acima da meta fiscal para o ano, de um déficit de R\$ 159 bilhões. Esse resultado ruim melhorará em novembro e dezembro, quando entrarão receitas com concessões, que, segundo o Tesouro, permitirão o cumprimento da meta.

NO AZUL

Contas ficam positivas em outubro, mas resultado do ano é pior da história

Resultado primário do governo central (em bilhões)

R\$ 103,2 bilhões
é o déficit acumulado no ano,
pior resultado da série histórica,
iniciada em 1997



Fonte: Tesouro Nacional

Só 76 aderem ao PDV do governo federal

Expectativa era que 5 mil aderissem ao plano, mas medida provisória caducou; 153 pediram redução de jornada e 11, licença incentivada

Lorena Rodrigues
Igor Gadelha

O governo enviará, em janeiro, uma nova medida provisória para dar continuidade ao Programa de Desligamento Voluntário (PDV) dos servidores federais. A primeira MP, enviada em julho, não foi votada pelo Congresso Nacional e perdeu a validade ontem. Quem aderiu ao programa durante os quatro meses em que a medida esteve em vigor não perderá o direito.

De acordo com balanço do Ministério do Planejamento, 240 pessoas aderiram aos programas para reduzir pessoal previstos na MP, editada em julho: 76 servidores entraram no PDV; 153

servidores pediram redução de jornada e 11 servidores requisitaram licença incentivada.

Segundo o Estadão/Broadcast apurou, a ideia do governo é que o novo PDV seja um programa permanente, sem prazo final para a adesão, para dar oportunidade de saída aos servidores no momento em que decidirem se desligar. No primeiro programa, o prazo para a demissão voluntária acabaria em dezembro.

Anualmente, o Ministério do Planejamento estabelecerá as regras do programa, como órgãos e cidades de lotação dos servidores, idade, cargos e carreiras abrangidos. Pela lei, não é possível enviar ao Legislativo duas medidas provisórias com o mesmo tema no mesmo ano, por isso o governo optou por esperar até janeiro para mandar o novo texto. A ideia do governo era

economizar em 2018 cerca de R\$ 1 bilhão.

Citando números de demissões voluntárias feitas em anos anteriores, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse que cerca de 5 mil servidores poderão aderir ao PDV. Condições. A nova MP manterá os incentivos para que os servidores peçam demissão voluntariamente, que é o pagamento de 1,25 salário por ano trabalhado.

Continua vedada a adesão de servidores em estágio probatório ou que tenham cumprido os requisitos legais para a aposentadoria. A MP também trará novamente a possibilidade de o servidor pedir redução de jornada de oito horas diárias para seis ou quatro horas. Quem optar por essa medida terá o pagamento adicional de meia hora diária como incentivo.

CONJUNTURA »

Alívio nas contas em outubro

Governo fecha o mês com superavit primário de R\$ 5,2 bilhões. É a primeira vez, desde abril, que a arrecadação supera as despesas. Para cumprir meta fiscal do ano, Tesouro aposta em receitas extras com concessões e permissões

» ROSANA HESSEL

O governo central, que reúne Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, fechou outubro com superavit primário de R\$ 5,191 bilhões. Esta é a primeira vez, em cinco meses, que as receitas superaram as despesas. Em abril, o saldo ficou positivo em R\$ 12,3 bilhões. Segundo a secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, o mês é favorável porque concentra a arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição sobre Lucro Líquido (CSLL).

Apesar do resultado positivo no mês passado, para especialistas, não há motivos para comemoração, pois o governo está com margem muito pequena para cortes nas despesas discricionárias, principalmente, nos investimentos. Segundo Ana Paula, neste ano, a previsão para os gastos não obrigatórios é de R\$ 125 bilhões, “o mesmo patamar de 2009”.

“Os dados recentes afastam o risco de descumprimento da meta fiscal de 2017, mas não afastam os

problemas estruturais. Os gastos obrigatórios continuam crescendo em ritmo que impede que as despesas diminuam”, afirmou o especialista em contas públicas Fabio Klein, da Tendências Consultoria. Ele ressaltou que, mesmo com as despesas discricionárias registrando queda de 13,5% no acumulado do ano até outubro, os gastos obrigatórios não param de crescer acima da inflação, como benefícios previdenciários e pessoal, que aumentaram 7% e 9,7%, respectivamente, entre janeiro e outubro. “Os cortes de despesas não obrigatórias não são suficientes para cobrir o crescimento das obrigatórias”, pontuou.

Para conseguir cumprir a meta fiscal prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017, de déficit de R\$ 159 bilhões, Ana Paula aposta nas receitas extraordinárias no último bimestre do ano. O Tesouro prevê entrada de R\$ 26,1 bilhões de receitas extras de concessões e permissões, sendo R\$ 12 bilhões provenientes de hidrelétricas, R\$ 10 bilhões de áreas de exploração de petróleo e gás e R\$ 3 bilhões de aeroportos, entre este mês e o próximo.

O especialista em contas públicas Bruno Lavieri, sócio da 4E Consultoria, demonstrou preocupação com o quadro fiscal. “A arrecadação veio melhor em outubro por conta do Refis, ou seja,

uma receita que não é recorrente. Isso mostra que a atividade econômica ainda não está refletindo positivamente na recuperação das contas públicas”, lamentou.

De janeiro a outubro, o saldo ficou negativo em R\$ 103,2 bilhões, e, no acumulado em 12 meses, o rombo chegou a R\$ 207,3 bilhões. Esses foram os piores resultados para o período da série histórica iniciada em 1997, conforme dados do Tesouro. Ana Paula minimizou a piora nos resultados acumulados que, mesmo desconsiderando a antecipação dos precatórios, ficariam negativos em R\$ 188,8 bilhões em 12 meses. Ela reforçou a expectativa de cumprimento da meta fiscal e do teto de gastos neste ano e antecipou que espera “um déficit acumulado de R\$ 109 bilhões a R\$ 110 bilhões em novembro”.

O resultado de outubro superou as previsões do mercado (em torno de R\$ 3 bilhões) e teve uma ajuda de recursos extras do Refis, que somaram R\$ 5 bilhões. Mesmo assim, a receita líquida despencou 23,9% na comparação anual, para R\$ 103,2 bilhões, em grande parte, segundo Ana Paula, porque a arrecadação acabou ficando inflada no mesmo mês de 2016 em R\$ 46,8 bilhões do programa de repatriação de ativos no exterior. Na contramão, as despesas cresceram 4,7% em relação ao mesmo intervalo do ano anterior, para R\$ 98 bilhões.





Risco futuro

Na avaliação de Klein, da Tendências, os riscos fiscais ficam maiores em 2018, porque o governo continua apostando em recursos que dependem de aprovação do Congresso Nacional, como é o caso do congelamento dos reajustes de servidores e a reoneração da folha, que podem não se concretizar. “O espaço para a redução de receitas obrigatórias será de R\$ 21 bilhões se o Congresso aprovar as medidas de redução de despesas enviadas pelo Executivo”, disse.

O sócio da 4E Consultoria defende que, mesmo com todas as dúvidas sobre 2018, o teto de gastos ainda está longe de ser um problema no ano que vem. Nas contas dele, o governo ainda tem R\$ 40 bilhões de folga se não tiver frustração de receitas extras.

Seguridade Social

O Tesouro Nacional lança hoje relatório com dados sobre seguridade social, com o objetivo de mostrar que os gastos com o sistema previdenciário e com os benefícios sociais da Lei Orçamentária Anual (LOA) são deficitários mesmo sem a desvinculação das Receitas da União (DRU). De acordo com a secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, em 2016, o rombo da seguridade social foi de R\$ 239 bilhões, e, mesmo somando as receitas da DRU, esse saldo negativo persiste ficando em R\$ 147 bilhões. Para este ano, apenas o rombo da Previdência está estimado em R\$ 185,8 bilhões. Até outubro, as despesas superaram as receitas em R\$ 155 bilhões.

PDV para servidor só atrai 76; meta eram 5 mil

● A expectativa do governo ao lançar o Programa de Demissão Voluntária (PDV) para servidores federais, em setembro, era atrair 5 mil desligamentos. O período de adesão vai até dezembro, mas apenas 76 pedidos foram feitos, segundo o Ministério do Planejamento.

À época do lançamento, o ministro Dyogo de Oliveira disse que, se os 5 mil aderissem seria possível economizar R\$ 1 bilhão.

O programa teve 153 adeptos à redução da jornada e 11 licenças não remuneradas. Ou seja, no total, 240 pessoas optaram por alguma modalidade do PDV.

“O número de adesões está em linha com as expectativas, com destaque para a adesão à redução de jornada, que é o primeiro passo do referido caminho”, disse Oliveira.